

Reflexões sob influências neoliberais nas políticas públicas nacionais para a educação infantil na década de 1990

The Influence of Neoliberal Policies on Early Childhood Education in Brazil in the 1990s

La Influencia de las Políticas Neoliberales en la Educación Infantil en Brasil en la Década de 1990

Frans Robert Lima Melo¹

Adão Aparecido Molina²

Resumo

Este trabalho de cunho bibliográfico buscou apresentar reflexões sob as influências neoliberais nas políticas públicas para a educação infantil desenvolvidas na década de 1990 no Brasil. A promulgação da Carta Magna assegurou no ordenamento jurídico o direito à educação, ainda que na prática não atinja de forma equitativa a toda a população brasileira. Com o foco educacional voltado para a alfabetização desenvolvida no ensino fundamental e médio, a educação infantil teve uma atenção secundária por parte do Estado. Conforme foi evidenciado em ampla literatura sob o tema, na última década do século XX, a educação infantil no Brasil foi moldada por políticas neoliberais e influenciada por organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Portanto, percebe-se que a educação infantil, e a educação brasileira como um todo, foi influenciada em sua genese para atender às necessidades do capital, adaptando os países em desenvolvimento, em especial o Brasil, às exigências de organismos internacionais que representam os interesses econômicos globais dos países dominantes. Tecemos críticas a um modelo educacional voltado para o capital, pois acreditamos que para uma educação ser verdadeiramente humanizadora, é fundamental que ela promova o desenvolvimento pleno e integral do ser humano, valorizando a criança em todas as suas dimensões e respeitando sua individualidade e potencial único, sem reduzi-la a um mero meio para a obtenção de capital social ou econômico.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Infantil. Educação brasileira. Neoliberalismo.

Abstract

This bibliographic work sought to present reflections on the neoliberal influences on public policies for early childhood education developed in the 1990s in Brazil. The promulgation of the Constitution

¹ Mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, História, Políticas e Educação (GEPEHPE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/145884103831502>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1202-571X>. E-mail: frans_ef@hotmail.com

² Pós-Doutorado em História pela UNESP, Campus Assis. Docente da UNESPAR, Campus Paranavaí, Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, História, Políticas e Educação (GEPEHPE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2722357341071060>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9633-4707>. E-mail: adaomolina@gmail.com

ensured the legal right to education, although in practice it does not equitably reach the entire Brazilian population. With educational focus on literacy developed in primary and secondary education, early childhood education received secondary attention from the State. As evidenced in extensive literature on the subject, in the last decade of the 20th century, early childhood education in Brazil was shaped by neoliberal policies and influenced by international organizations such as the World Bank and the International Monetary Fund. Therefore, it is perceived that early childhood education, and Brazilian education as a whole, was influenced in its origins to meet the needs of capital, adapting developing countries, especially Brazil, to the demands of international organizations representing the global economic interests of dominant countries. We critique an educational model geared towards capital, as we believe that for education to be truly humanizing, it is essential that it promotes the full and integral development of the human being, valuing the child in all its dimensions and respecting their individuality and unique potential, without reducing them to a mere means for the attainment of social or economic capital.

Key-words: Public Policies. Early Childhood Education. Brazilian Education. Neoliberalism.

Resumen

Este trabajo bibliográfico buscó presentar reflexiones sobre las influencias neoliberales en las políticas públicas para la educación infantil desarrolladas en la década de 1990 en Brasil. La promulgación de la Constitución aseguró el derecho a la educación en el ordenamiento jurídico, aunque en la práctica no llega de manera equitativa a toda la población brasileña. Con el enfoque educativo centrado en la alfabetización del nivel primario y secundario, la educación infantil recibió una atención secundaria por parte del Estado. Como se evidenció en una amplia literatura sobre el tema, en la última década del siglo XX, la educación infantil en Brasil fue moldeada por políticas neoliberales e influenciada por organismos internacionales como el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional. Por lo tanto, se percibe que la educación infantil, y la educación brasileña en su conjunto, fue influenciada en su génesis para satisfacer las necesidades del capital, adaptando a los países en desarrollo, especialmente a Brasil, a las exigencias de organismos internacionales que representan los intereses económicos globales de los países dominantes. Criticamos un modelo educativo orientado hacia el capital, pues creemos que para que la educación sea verdaderamente humanizadora, es fundamental que promueva el desarrollo pleno e integral del ser humano, valorando al niño en todas sus dimensiones y respetando su individualidad y potencial único, sin reducirlo a un mero medio para obtener capital social o económico.

Palabras-clave: Políticas Públicas. Educación Infantil. Educación brasileña. Neoliberalismo.

Introdução

Para compreender o papel crucial da educação infantil dentro do contexto socioeconômico e político brasileiro pós-Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), é essencial analisar como essa fase da educação se insere em um panorama de transformações significativas. A promulgação da Carta Magna marcou um ponto de virada, assegurando o direito à educação como um pilar fundamental para o desenvolvimento integral dos cidadãos, conforme estabelecido no Capítulo III, Artigo 205. Este marco constitucional não apenas reafirmou a educação como um direito universal, mas também definiu responsabilidades compartilhadas entre Estado, família e sociedade na promoção do desenvolvimento humano e preparo para a cidadania.

No entanto, o reconhecimento da educação infantil como parte integrante desse direito educacional emergiu de um contexto de transição democrática, influenciado por intervenções internacionais que moldaram políticas educacionais mais inclusivas e abrangentes. A década de 1990 testemunhou não apenas uma descentralização das políticas educacionais, com maior autonomia municipal na gestão das creches e pré-escolas, mas também uma forte influência das agências multilaterais como o Banco Mundial, que promoveram uma agenda neoliberal voltada para o desenvolvimento humano através do investimento na primeira infância.

Diante do exposto, este estudo se propõe por meio de uma revisão bibliográfica a apresentar reflexões sobre as políticas públicas para a educação infantil desenvolvidas na década de 1990 no Brasil. A partir das reformas educacionais introduzidas durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)³, que enfatizaram a municipalização e a privatização de serviços educacionais não essenciais, percebe-se uma adaptação às exigências do capital globalizado, visando não apenas à educação como meio de desenvolvimento individual, mas também como estratégia para alavancar a competitividade econômica nacional.

Ao contextualizar a educação infantil dentro desse arcabouço histórico e político no período da década de 1990, este estudo visa oferecer uma análise crítica e reflexiva sobre as políticas educacionais para a primeira infância, entendendo-as não apenas como um reflexo das demandas internacionais por capital humano, mas também como um campo onde se debate a concepção de infância, cidadania e desenvolvimento social. Essa abordagem multidimensional se faz necessária para compreendermos o verdadeiro impacto das políticas educacionais na formação de futuras gerações e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Fundamentação Teórica

Este estudo parte do pressuposto de que a educação não deve ser compreendida fora de um contexto socioeconômico e político. Abrange-se neste entendimento que a educação infantil não é um único aspecto a ser estudado, mas que deve ser reconhecida como parte de um todo que se materializa em um tempo, em um determinado lugar e dentro de uma estrutura social.

Para tanto, houve a necessidade de apresentar as primeiras preocupações com a infância no Brasil no período pós Constituição Federal de 1988. Diante de intervenções internacionais, num período de transição para a democracia na década anterior (1980), o Brasil assumiu em sua Carta Magna de 1988 o compromisso com a educação, que passou a ser um dos direitos inalienáveis de

³ Foi o 34º presidente da República Federativa do Brasil no período entre 1995 e 2003 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Acrescenta-se em seu currículo professor, sociólogo, cientista político, escritor e político brasileiro

todo cidadão. A volta da democracia exigia que esse direito fundamental fosse descentralizado e colocado ao alcance de toda a população.

Foi, portanto, com o fim do Regime Militar, impulsionada pelo movimento de redemocratização nacional, que foi promulgada a Constituição Federal de 1988 garantindo o direito educacional, na qual o acesso à educação passou a ser assegurado a todos os cidadãos, conforme preconiza o Capítulo III – Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Vale ressaltar que a Educação Básica no primeiro momento da Constituição Federal foi compreendida como Ensino Fundamental e Médio, estando o estudo da criança de zero a seis anos sob a responsabilidade dos municípios em creches e pré-escolas, ainda em caráter não obrigatório. Pode-se verificar que havia a preocupação neste período em acabar com o analfabetismo que caracterizava grande parte da população do país, e neste sentido, o foco educacional foi direcionado à Educação Básica, ainda não incluída a Educação Infantil como parte desta.

Assim os enfoques no combate ao analfabetismo se materializavam principalmente na década de 1990, por intermédio de políticas públicas e investimento financeiro do Estado na educação, principalmente nos primeiros anos do ensino fundamental. Conforme enfatiza Ferreira (2002): “A partir dos anos 90, o Banco Mundial definiu a educação básica como alvo principal, incluindo a educação infantil, e foram propostas políticas educacionais homogêneas para todos os países da América Latina” (FERREIRA, 2002, p. 74).

Tais propostas foram pautadas a partir de justificativas econômicas e científicas, às quais se denominaram como Programas de Desenvolvimento Infantil. Outros aspectos além dos educacionais passariam a ser tratados, como a saúde e nutrição; não somente para a criança, mas para toda a sociedade (FERREIRA, 2002).

Cabe ainda apresentar que, o fim do século XX foi marcado no cenário internacional pela acentuação das políticas pós-modernas, nas quais se destacaram diferentes áreas de saberes. Para melhor compreensão esclarecemos que o termo pós-moderno segundo Moraes (2004) é usualmente associado ao mundo moderno, onde o sufixo “pós” é reconhecido como uma negação do momento histórico e de suas práticas teóricas, políticas e culturais. Conforme esclarece o autor, esse termo: “Denuncia a falência do processo de modernização que, longe de cumprir suas promessas de progresso e emancipação, tornou-se força opressora sobre mulheres e homens, dominou a natureza, produziu sofrimento e miséria” (MORAES, 2004).

No limiar da década de 1990 tem-se a agenda pós-moderna avançando sobre os países latino-americanos, durante vários governos brasileiros, inicialmente pelo governo *Sarney*⁴ (1985-1990), passando na sequência por *Fernando Collor de Melo*⁵ (1990-1992) e *Fernando Henrique Cardoso* (1995-2003). Naquele período pode-se observar uma crescente influência de instituições internacionais em políticas públicas nacionais, dentre elas destacam-se: *Fundo Monetário Internacional*⁶ (FMI), *Organização Mundial do Comércio* (OMC)⁷ e *Banco Mundial* (BM)⁸. Como é apresentado por Araújo et al. (2014) as políticas neoliberais determinadas no *Consenso de Washington*⁹ colocariam em prática a agenda pós-moderna a fim de regular o comércio mundial aos novos moldes do capital globalizado, orientadas pelo trinômio: abertura econômica, privatização e desregulamentação do Estado.

Para tanto, Rosemberg (2002) registra que na década de 1990 a influência do *Consenso de Washington* buscou traçar reformas a serem desenvolvidas na América Latina a fim de instaurar o Neoliberalismo¹⁰. A autora esclarece que, as mudanças na influência dos organismos multilaterais ocorreram a partir da década de 1990. Nesse período houve maior endividamento por parte do Brasil junto ao BM, o que acarretou em assessoramento nas decisões internas do país, como medidas preventivas de quitação da dívida. O poder de influência foi uma arma utilizada pelo BM para exercer o domínio sobre as nações endividadas.

A lógica utilizada pelo BM para as políticas de primeira infância baseia-se na Teoria do Capital Social, que tem por definição buscar aumentar o capital social de uma pessoa, vinculando a redes sociais e compartilhando riscos levando a maior competitividade e produtividade. Constatase a partir desta afirmação o objetivo da infância é tornar-se um adulto plenamente produtivo – o capital humano do futuro (PENN, 2002). Tais perspectivas da educação, tal como, descritas desconsideram a diversidade cultural, social e individual dos alunos, ao promover uma visão homogênea de sucesso baseada na produtividade.

⁴ Foi o 31º Presidente da República Federativa do Brasil entre o período de 1985 a 1990. Soma-se ao seu currículo: advogado, jornalista, político e escritor brasileiro.

⁵ Foi o 32º Presidente da República Federativa do Brasil, de 1990 até sua renúncia em 1992.

⁶ É uma organização internacional criada em 1944 na Conferência de Bretton Woods com o objetivo, inicial, de ajudar na reconstrução do sistema monetário internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial.

⁷ OMC – Organização Mundial do Comércio, fundada em 01 de janeiro de 1995 com sede em Genebra (Suíça) tem como objetivo supervisionar e liberalizar o comércio internacional.

⁸ É uma instituição financeira internacional que efetua empréstimos a países em desenvolvimento. É o maior e mais conhecido banco de desenvolvimento no mundo.

⁹ Foi criado em 1989 por instituições financeiras (FMI, BM e o Departamento do Tesouro dos E.U.A) a partir do texto do economista John Williamson contendo 10 regras políticas econômicas para a América Latina. Entre as regras constam: abertura comercial, privatização de estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis economistas e trabalhistas) e redução dos gastos públicos (ARAUJO et al., 2014).

¹⁰ Ressurgimento de ideias derivadas do capitalismo que foram reformuladas a partir do liberalismo clássico para o mundo globalizado. Esta em comum acordo com o Consenso de Washington (ARAUJO et al., 2014).

Tecemos críticas a um modelo educacional voltado para o capital, pois acreditamos que para uma educação ser verdadeiramente humanizadora, é fundamental que ela promova o desenvolvimento pleno e integral do ser humano, valorizando a criança em todas as suas dimensões e respeitando sua individualidade e potencial único, sem reduzi-la a um mero meio para a obtenção de capital social ou econômico.

Ainda, Penn (2002), estudou os documentos elaborados pelo BM e também verificou a percepção dos pedagogos norte-americanos quanto ao período da infância e reconhecendo que as crianças têm muitos aspectos semelhantes em qualquer lugar, principalmente quando a aprendizagem é fundamentada na concepção biológica; e no ensino, também, possuem pontos semelhantes. Contudo, a autora fez críticas a tal postura apresentando que os dados são mesclas de vários posicionamentos que se divergem, destacando que as práticas defendidas não se utilizam de modo científico e neutro, mas estão ancoradas no interesse de firmar a doutrina econômica do *neoliberalismo*.

Conforme apresentam Moreira e Lara (2012) o Estado é reconhecido pela visão neoliberal como improutivo, desta forma, deve passar por constantes reformas de maneira a acompanhar o desenvolvimento do mercado. A partir destes pressupostos, o BM passaria a intervir nas políticas de educação infantil no Brasil:

A Educação Infantil no Brasil é definida nessa política como uma parcela representativa do capital humano. Investir nas crianças pobres da primeira infância, além de focalizar com equidade, é uma ação considerada discursivamente como o resultado de um futuro bem-estar e desenvolvimento (MOREIRA; LARA, 2012, p. 71).

Compreendendo o mundo capitalista a partir de parâmetros globalizados, havia a necessidade de articular uma pedagogia de ensino para a infância que pudesse ser praticada indistintamente, independentemente do local onde essa pedagogia fosse aplicada. Percebe-se, assim, que o objetivo principal é adequar o sujeito ao meio, sem, contudo, provocar alterações significativas no modo de produção social.

A discussão proposta por Penn (2002) enriquece esta afirmação, pois permite compreender a imensa utilização de fundamentações teóricas piagetianas na educação em todo o mundo, especialmente no Brasil. Justifica, ainda, que ao utilizar os fundamentos biológicos destacando a semelhança dos indivíduos descarta-se o contexto socioeconômico e político no qual a criança está inserida. Justifica-se, assim, o mundo globalizado no qual as ações idealistas neoliberais podem ser adotadas por todos os países que aderirem aos seus pressupostos.

No início da década de 1990, o movimento Educação para Todos¹¹ deu início à inserção dos países subdesenvolvidos às exigências internacionais para combater o déficit de pobreza gerado pelo capital no mundo e para aproximar os países pobres das exigências do mercado globalizado. Ao longo desta década ocorreram conferências que firmaram o compromisso das nações em prol da educação universalizada (RABELO; JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2015).

Para tanto, ocorreu nesse período, a Conferência de Jomtien (1990)¹² e posteriormente a Conferência de Nova Delhi (1993)¹³. Ambas produziram subsídios que fortaleceram as parcerias entre as nações e instituições não governamentais com a Educação. Tais documentos influenciariam posteriormente a formulação das Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) que substituiu sua antecessora de 1971, o que por sua vez contribuiu para a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB nº 22/98 e Resolução CNE/CEB nº 1/99) e Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil de 1998 (BRASIL, 1998a e 1998b).

Percebe-se que a década de 1990 foi um marco para a educação nacional devido a sua tentativa de formular um Sistema Educacional Nacional, fortalecida pelos interesses internacionais dos países desenvolvidos com o objetivo de ampliar o mercado financeiro e atender às necessidades emergentes de mão de obra especializada capaz de gerenciar os conhecimentos tecnológicos em constante transformação nos processos de produção material da vida humana.

O crescente olhar para a criança, agora sob a ótica do mundo globalizado, principalmente diante de dados assustadores da mortalidade infantil, promoveu as discussões que firmariam a necessidade de acolhimento e de proteção dos futuros adultos que atuarão no desenvolvimento do país.

Cabe ainda ressaltar que no ano de 1989 ocorreu a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas ocorrida em Nova York firmando o comprometimento entre seus membros na proteção de crianças e de adolescentes ao redor do mundo. O Brasil subscreveu e ratificou o tratado em 1990, durante o governo Collor, incorporando-o às leis nacionais por meio do Decreto 99710/1990:

Considera que a criança deve estar plenamente preparada para uma vida independente na sociedade e deve ser educada de acordo com os ideais proclamados

¹¹ O movimento Educação para Todos sob a tutela do BM é composto de 6 metas educacionais destinados à países pobres. Foi aprovado na Declaração Mundial sobre Educação para todos e o esquema de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

¹² Conferencia Mundial de Educação para Todos ocorrida em Jomtien (Tailândia) em 1990 com a participação de 150 países. Propuseram 10 metas educacionais a serem desenvolvidas.

¹³ Diante dos poucos avanços da Conferencia de Jomtien ocorreu a Conferencia de Nova Delhi no ano de 1993 organizado pelos organismos internacionais Unicef e Banco Mundial com a participação de países do terceiro mundo. Propuseram novas metas educacionais a serem realizadas.

na Carta das Nações Unidas, especialmente com espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade (BRASIL, 1990a).

Seguindo com a atenção à infância foi instituído pela Lei 8.069 de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente assegurando os direitos fundamentais desta população no âmbito legal e fortalecendo a responsabilidade da família para com a criança. Tem-se como objetivo defendido pelo ECA: “facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990b, Art. 3).

Pode-se observar ainda que o estatuto não deixa de enfatizar as necessidades educacionais da criança e do adolescente, como consta em seu Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, Art. 53: “A criança e o adolescente têm o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]” (BRASIL, 1990b, Art. 53). Diante do exposto, é importante ressaltar a importância que se deu à promulgação do ECA já que ele estabelece a segurança e a proteção do Estado, mas, também, amplia as responsabilidades da família e de toda a sociedade com o compromisso com a criança e com os adolescentes.

Os avanços nas políticas educacionais para a infância são incontestáveis nesse momento histórico, passando a reconhecer a criança como cidadã de direitos. Percebe-se ainda, conforme indicado pelos estudos realizados por Nascimento (2003) e Molina (2004), que muitas pesquisas foram desenvolvidas nesse período da década de 90 no sentido de estabelecer novas concepções de infância e de educação. Percebe-se também que existiu uma forte influência das agências capitalistas internacionais sobre os ditames nacionais como se pode evidenciar em ações promovidas pelo UNICEF e pela UNESCO.

O Brasil classificado como um país subdesenvolvido buscou empréstimos internacionais com o objetivo de aumentar seu desenvolvimento, o que levou a ser bombardeado por interferências do FMI e do BM que apresentavam orientações quanto aos seus investimentos em diversas áreas com o discurso de superação da pobreza por meio da educação, contribuindo com o desenvolvimento econômico e a superação do estado de miséria.

A influência do BM na educação infantil brasileira a partir da administração FHC se faz sentir através de dois eixos complementares: o da reforma educacional geral que, entre outras medidas, preconizou, em seu inicio, a prioridade absoluta de investimentos públicos no ensino fundamental; o da retomada da proposta de programas não formais a baixo investimento público de educação infantil para crianças pequenas pobres (ROSENBERG, 2002, p. 42).

A acentuação nos gastos com o ensino fundamental ocorreu sob a influência do BM que destacava que os investimentos de recursos públicos nesse segmento educacional dariam maiores taxas de retorno de rendimento do que em outros níveis de ensino (ROSEMBERG, 2002).

O discurso específico das agências multilaterais, para as políticas educacionais, voltadas para a primeira infância, tinha como finalidade promover o desenvolvimento sustentável dos países (MOREIRA e LARA, 2012). Para tanto, os países pobres endividados estariam sujeitos às demandas do capital, definidas pelos países credores.

Percebe-se, desse modo, que as taxas de retorno de rendimento não estão necessariamente associadas aos países que executam os planos de ação das agências multilaterais, mas estão sujeitas a uma teia de relações no plano macroeconômico.

Para tanto, no governo FHC (1995-2002), tivemos a priorização das seguintes reformas educacionais: focalização dos gastos no ensino fundamental, que se tornou exclusividade; descentralização, que se traduziu como municipalização; privatizações de serviços educacionais não essenciais; desregulamentação, ou seja, retirada da mão do Estado no financiamento e gestão do ensino fundamental e da educação infantil, garantindo seu controle por meio do currículo e de avaliações (ROSEMBERG, 2002).

Os avanços na Educação brasileira se deram principalmente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) pelo então presidente FHC, que estabeleceu as normas legais da educação em todo o território nacional, bem como seus princípios e fins.

Conforme apresenta Saviani (1997), há objetivos proclamados e objetivos reais na promulgação da LDB, o primeiro refere-se à finalidade geral e ampla onde se situam os planos ideais e de consensos necessários e possíveis; enquanto a segunda são alvos concretos da ação, situados onde se defrontam interesses divergentes e por vezes antagônicos, orientado a partir dos interesses das forças que controlam o processo.

Em concordância com os pressupostos neoliberais percebeu-se que a administração da educação no país foi descentralizada, distribuindo responsabilidades para os diferentes segmentos governamentais (Federal, Estadual e Municipal), estando os municípios incumbidos de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, bem como prioridade aos primeiros anos do ensino fundamental.

Para Bianchetti (2005) o desaparecimento do poder central permite que os serviços governamentais possam ser delegados por autoridades regionais e locais, limitando os seus poderes por regras ditadas por uma legislação superior.

Nesta perspectiva, percebe-se que os municípios têm a falsa impressão de que regulam as atividades educacionais locais, pois possuem dirigentes com uma falsa autonomia para dirigir as

atividades, já que suas ações estão atreladas às leis maiores que, por sua vez, estão ligadas aos pressupostos neoliberais.

Frente ao indigesto efeito colateral do crescimento da pobreza no mundo com o avanço do capital, os líderes mundiais de 189 países reuniram-se na Cúpula do Milênio¹⁴ onde foi homologada a Declaração do Milênio (2000)¹⁵, traçando metas a serem desenvolvidas por todos os países nas primeiras décadas do novo século, enfatizando o reconhecimento do planeta como Aldeia Global. Entre as oito metas traçadas, destaca-se a segunda meta voltada para a Educação Básica de qualidade para todos, reforçando a educação como um dos indicadores de pobreza. Pensa-se que quanto maior a escolaridade dos indivíduos, maior será a chance de empregabilidade, promovendo a quebra do ciclo de pobreza em países em desenvolvimento. A falácia da superação da miséria se depara na dicotomia onde se buscou democratizar a educação sem que houvesse uma democratização da economia.

Diante do exposto reconhecemos que a educação passou a ter um papel essencial por parte do capital, ora como necessária para aproximar o indivíduo dos avanços tecnológicos, ora para administrar a pobreza no mundo. Portanto, percebe-se que a educação é constantemente utilizada para satisfazer as necessidades emergentes do capital, adaptando os países em desenvolvimento a partir das exigências indicadas por organismos internacionais que representam os interesses dos países dominantes no âmbito do capitalismo.

A partir disso, acreditamos que o ensino poderá superar tal visão educacional quando se apoia em princípios que permitem ao educando ter a compreensão da realidade social dentro de um contexto socioeconômico e político, no qual está inserido.

Neste entendimento, a educação infantil na última década do século XX passou por transformações significativas, refletindo tanto os avanços quanto as tensões políticas e econômicas da época. As reformas educacionais foram fortemente influenciadas por políticas neoliberais, que priorizavam a eficiência, a competitividade e a preparação para o mercado de trabalho. Em muitos países, incluindo os países em desenvolvimento, houve pressão para a implementação de currículos que valorizavam habilidades técnicas e cognitivas voltadas para a inserção no mundo do trabalho futuro, frequentemente em detrimento de uma abordagem mais holística e humanizadora da educação.

Além disso, organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) tiveram um papel preponderante na definição das políticas educacionais, promovendo uma agenda que alinhava a educação com os interesses econômicos globais. Este período evidenciou a necessidade de uma educação infantil que não apenas prepare as crianças para

¹⁴ Realizada dia 8 de setembro de 2000. Organizada pela ONU e adotada por 189 países participantes, incluindo o Brasil, que se reuniram para debaterem sobre os principais problemas que afetam o mundo no novo milênio (ONU, 2000).

¹⁵ Formulação de 8 compromissos para mudar o mundo com 22 metas (24 no Brasil) e 48 indicadores (ONU, 2000).

o mercado de trabalho, mas também as forme como cidadãos críticos, conscientes de seu papel na sociedade e capazes de contribuir para um desenvolvimento social e humano mais equitativo.

Considerações Finais

Analisando-se a evolução da educação infantil no Brasil na década de 1990, constatou-se que a educação tem sido utilizada como uma ferramenta estratégica para atender às demandas do capital neste período, seja aproximando os indivíduos dos avanços tecnológicos ou administrando a pobreza global. A influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, moldou políticas educacionais que visavam a alinhar os sistemas de ensino dos países em desenvolvimento com os interesses econômicos globais. Nesse contexto, a educação infantil foi frequentemente tratada de forma assistencialista, priorizando a guarda e proteção das crianças em detrimento de uma abordagem pedagógica.

Portanto, as reformas educacionais da década de 1990, impulsionadas por políticas neoliberais, destacaram em sua gênese a eficiência, a competitividade e a preparação para o mercado de trabalho, negligenciando o desenvolvimento integral e humanizador das crianças. Assim, foi observado que a prioridade dada ao ensino fundamental, como indicado pelos investimentos e reformas da época, reforçou a visão de que a educação infantil era um meio para alcançar fins econômicos, preparando futuros trabalhadores ao invés de cidadãos plenos e críticos.

Diante da complexidade e das transformações pelas quais a educação infantil passou nas últimas décadas, especialmente sob a influência de políticas neoliberais e organismos internacionais, torna-se evidente a necessidade de mais investigações neste tema. Estudos futuros são essenciais para compreender melhor os impactos dessas políticas na formação das crianças, na qualidade do ensino e nas desigualdades sociais que podem emergir ou ser agravadas por tais abordagens.

Referências

- ARAÚJO, Renan, et al. **Desafios para o Desenvolvimento em tempos de globalização:** um estudo sobre as contradições econômicas e sociais do Paraná. Maringá: Eduem, 2014.
- BIANCHETTI, Roberto Geraldo. **Modelo Neoliberal e Políticas educacionais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Brasília: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- BRASIL. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** Decreto nº 99.710 de 21 de Novembro de 1990. Brasília, DF, 1990a.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990b.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Federal n. 9394 de 26 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: introdução. v. 1. Brasília: MEC, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: conhecimentos do mundo v.3. Brasília: MEC, 1998b.

FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. Políticas de Atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa.** nº. 115, p. 65-100, março, 2002.

MOLINA, Adão Aparecido. **Políticas educacionais na infância e linguagem:** uma análise a partir das categorias históricas de Marx e Vygotsky. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

MORAES, Maria Célia Marcondes. O Renovado Conservadorismo da Agenda Pós-Moderna. **Caderno de Pesquisa.** v. 34, p. 122, p. 337-357, mai.-ago., 2004.

MOREIRA, Jani Alves da Silva; LARA, Ângela Mara de Barros. **Políticas públicas para a educação infantil no Brasil (1990-2001).** Maringá: Eduem, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os direitos da criança. Assembleia Geral das Nações Unidas de 20 de novembro de 1989. Nova York: ONU, 1989.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. **Creche e família na constituição do “eu”:** um estudo sobre crianças no terceiro ano de vida na cidade de São Paulo. 2003. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien-1990). Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acessado em: 17 de fevereiro de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. Declaração de Nova Déli sobre Educação para Todos. Nova Déli-Índia: Unesco, 1993. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. Declaração do Milênio das Nações Unidas. Nova Iorque: UNESCO, 2000. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Milenio.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2024.

PENN, Helen. Primeira Infância: a visão do Banco Mundial. **Cadernos de Pesquisa.** n. 115, p. 7-24, março de 2002.

RABELO, Jackline; JIMENEZ, Suzana; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O movimento de Educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, Estado e Políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, n. 115, p. 25-63, mar., 2002.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

Recebido 11/07/2024

Aceito: 20/12/2024

Publicado 17/02/2025

